

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro e os ODS no contexto da pandemia de COVID-19



Altemar Amaral Rocha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, Brasil.
ORCID: 0000-0002-6278-052X.

Wilians Ventura Ferreira Souza

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. São Paulo Brasil.
ORCID: 0000-0002-6166-0059.

Aline Lima Santos

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. São Paulo Brasil.
ORCID: 0000-0002-7474-6142.

Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. São Paulo Brasil.
ORCID: 0000-0001-6516-8013.

Vitória Levorato Amaro Silva

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. São Paulo Brasil.
ORCID: 0009-0009-1877-6150.

Recibido: 23 de abril de 2024. Aceptado: 24 de octubre de 2024.

Resumo

Este artigo examina as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos no Brasil durante 2020 e 2021, em um contexto marcado pela pandemia e pela polarização política sob o governo de Jair Bolsonaro. A crise sanitária e o aumento da pobreza impulsionaram a mobilização de diversos grupos, tanto críticos quanto favoráveis ao governo. Durante o período analisado, foram registrados 438 movimentos ativos. Em 2020, suas ações se concentraram nas grandes metrópoles, mas, em 2021, expandiram-se para cidades intermediárias. Os dados mostram como o contexto político e social influenciou suas agendas. Os grupos conservadores e de extrema direita desafiaram as diretrizes da OMS e rejeitaram o marco dos ODS, enquanto os movimentos de esquerda promoveram iniciativas contra a pobreza e em defesa da saúde, da educação e do trabalho. Esse período refletiu profundas disputas e a falta de consenso na sociedade brasileira sobre um futuro mais justo e sustentável. A pesquisa foi realizada no âmbito da Rede DATALUTA, que administra o Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios, analisando, desde 2020, a relação entre essas lutas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, ESPAÇO URBANO BRASILEIRO, PANDEMIA COVID-19.

Struggles for Rights in the Brazilian Urban Space and the SDGs in the Context of the COVID-19 Pandemic

Abstract

This article examines the actions of urban socio-spatial and socio-territorial movements in Brazil during 2020 and 2021, in a context marked by the pandemic and political polarization under the government of Jair Bolsonaro. The health crisis and the increase in poverty spurred the mobilization of various groups, both critical and supportive of the government. During the analyzed period, 438 active movements were recorded. In 2020, their actions were concentrated in large metropolitan areas, but in 2021, they expanded to intermediate cities. The data show how the political and social context influenced their agendas. Conservative and far-right groups challenged WHO guidelines and rejected the SDG framework, while left-wing movements promoted initiatives against poverty and in defense of health, education, and labor rights. This period reflected deep disputes and a lack of consensus in Brazilian society regarding a fairer and more sustainable future. The research was conducted within the scope of the DATALUTA Network, which manages the Database of Struggles for Spaces and Territories, analyzing since 2020 the relationship between these struggles and the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs).

KEYWORDS: SOCIO-SPATIAL MOVEMENTS. SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS. BRAZILIAN URBAN SPACE. COVID-19 PANDEMIC.

Luchas por los derechos en el espacio urbano brasileño y los ODS en el contexto de la pandemia de COVID-19

Resumen

Este artículo examina las acciones de los movimientos socioespaciales y socioterritoriales urbanos en Brasil durante 2020 y 2021, en un contexto marcado por la pandemia y la polarización política bajo el gobierno de Jair Bolsonaro. La crisis sanitaria y el aumento de la pobreza impulsaron la movilización de distintos grupos, tanto críticos como afines al gobierno. Durante el período analizado, se registraron 438 movimientos activos. En 2020, sus acciones se concentraron en grandes metrópolis, pero en 2021 se expandieron a ciudades intermedias. Los datos muestran cómo el contexto político y social influyó en sus agendas. Los grupos conservadores y de extrema derecha desafiaron las directrices de la OMS y rechazaron el marco de los ODS, mientras que los movimientos de izquierda promovieron iniciativas contra la pobreza y en defensa de la salud, la educación y el trabajo. Este período reflejó profundas disputas y la falta de consenso en la sociedad brasileña sobre un futuro más justo y sostenible. La investigación se realizó en el marco de la Red DATALUTA, que administra la Base de Datos de Luchas por Espacios y Territorios, analizando desde 2020 la relación entre estas luchas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU.

PALABRAS CLAVE: MOVIMIENTOS SOCIOESPACIALES. MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES. ESPACIO URBANO BRASILEÑO. PANDEMIA DE COVID-19.

Introdução

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais surgem e atuam como respostas a condições espaciais específicas, como desigualdades territoriais, disputas por recursos, resistências a grandes projetos de desenvolvimento, entre outras. Ao utilizar territórios e desafiar práticas espaciais estabelecidas, as mobilizações por eles articuladas são capazes de reconfigurar, ressignificar e transformar o espaço geográfico.

Com base nesse pressuposto, neste artigo analisamos as ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no espaço urbano brasileiro, ocorridas nos anos de 2020 e 2021. Tomamos as cidades como espaços de lutas por direitos, como moradia, transporte, espaços públicos, infraestrutura e segurança. Tais lutas coletivas denunciam as mais diversas manifestações de desigualdade decorrentes do processo de urbanização, comandado por interesses privados e, de modo mais amplo, pelos interesses do capital. As ações dos movimentos têm o potencial de apontar caminhos para formas mais inclusivas e democráticas de organização e uso do espaço urbano, promovendo, assim, a justiça socioespacial.

A análise dessas ações permite estabelecer aproximações entre as agendas dos movimentos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Esta propõe um pacto global para a promoção de sociedades justas, inclusivas e sustentáveis, com vistas à superação de desafios como fome, pobreza, mudanças climáticas e outros.

O artigo está organizado em cinco partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. De início, são explicitadas as bases teóricas e metodológicas adotadas no desenvolvimento do trabalho, com destaque para a teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos de coleta, sistematização e análise dos dados sobre as ações dos movimentos ao longo do período considerado.

No item intitulado “Espaço urbano brasileiro e ações coletivas: desigualdades e disputas” realiza-se uma reflexão sobre as cidades, com destaque para o papel dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais na sua produção e transformação. Essa discussão é contextualizada, com ênfase nas especificidades do período pandêmico (2019–2022) e do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), que constituiu o recorte temporal analisado. As desigualdades socioespaciais e as disputas políticas foram explicitadas e acirradas nesse contexto, estimulando posicionamentos e novas formas de ação por parte dos movimentos.

Os movimentos mais atuantes no período considerado, bem como as pautas assumidas, as demandas por direitos e as ações realizadas, complementam a discussão no item “Cidades e lutas por direitos no Brasil no contexto da pandemia”. Tais informações são apresentadas em mapas que subsidiam o debate.

Por fim, nas considerações finais, reafirmamos as relações entre a disputa e produção dos espaços e territórios das cidades brasileiras, as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, o recorte pandêmico e as conexões entre as pautas e demandas construídas coletivamente com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fundamentos teóricos e método: movimentos socioespaciais e socioterritoriais

A partir dos estudos sobre movimentos e lutas coletivas desenvolvidos na Geografia, é possível destacar uma mudança que simboliza e representa a superação do “paradigma geografia e movimentos sociais” para o “paradigma geográfico dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais” (Fernandes & Sobreiro Filho, 2023). Essa transformação paradigmática deve ser compreendida no bojo da história da geografia crítica e a partir do surgimento de novas discussões e debates que posicionaram a multiescalaridade e a multidimensionalidade no centro da produção geográfica. Nesse sentido, torna-se necessário definir o que entendemos por movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

A teoria dos movimentos representa o acúmulo de discussões e avanços para interpretar a realidade ou um determinado fenômeno, ou seja, é o pensamento pensado, aquilo que se acumulou a partir da sucessão de tempos e do esforço do pensar. A partir dessa perspectiva dialética e relacional, o método é posicionado como um pensamento pensante que dialoga com pensamentos pensados (teoria); cabe à metodologia estabelecer também uma interação entre o pensamento pensante e o pensamento pensado, para se construir um conjunto de caminhos que potencialize a leitura, interpretação e real inteligência do fenômeno analisado (Fernandes & Sobreiro Filho, 2023). A construção da teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais perpassa e é atravessada por esse diálogo entre teoria, método e metodologia, tornando-se necessária a construção de um caminho livre de vícios acadêmicos, definições genéricas e importadas que pouco contribuem para a composição de uma avaliação crítica da realidade analisada.

A teoria dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais nos permite realizar uma análise dinâmica e complexa da realidade, que envolve as disputas espaciais e territoriais travadas nas cidades brasileiras. Nesse sentido, podemos interpretar os espaços e territórios como produtores de movimentos e de outras instituições que lutam, disputam e criam ao mesmo tempo que destroem espaços (Fernandes, 2012).

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais produzem um conjunto de intencionalidades que conferem e caracterizam a disputa pela apropriação e mediação do espaço. O que define um movimento socioespacial ou socioterritorial não é meramente a afirmação de que seu trunfo está centrado na luta pelo espaço ou pelo território, mas sim um conjunto de intencionalidades, objetivos e tipologias construídas, intimamente ligadas ao seu êxito ou não. Seria insatisfatório analisar os movimentos apenas a partir da sua produção e articulação; é necessário compreender o início, o meio e o fim dos processos que envolvem as disputas e os conflitos nas cidades. Como os movimentos se formam? Como constroem suas agendas e pautas? Enfim, são essas algumas das questões que nos orientam para uma leitura da totalidade dos movimentos e dos sujeitos, grupos e instituições que intercambiam suas relações e produzem uma disputa intensa, relacional e dinâmica.

Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais podem ser definidos a partir de características específicas que os distinguem, exigindo, para isso, a delimitação de filtros e parâmetros teórico-conceituais. Esses movimentos possuem uma estrutura mínima de organização, apresentam pautas e objetivos bem definidos e constroem, com base em seus interesses e intencionalidades, um conjunto de estratégias e ações que almejam

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

produzir espaços e territórios. Na Sociologia, o conceito de movimento social é fundamental para compreender os processos de organização coletiva e transformação social. Autores como Touraine (2006), Castells (2017) e Melucci (1989) destacam a relevância dos movimentos sociais na articulação de demandas coletivas e na reconfiguração de estruturas sociais e políticas, oferecendo subsídios para uma análise aprofundada das dinâmicas que também caracterizam os movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Entretanto, apesar de haver uma aproximação necessária entre os conceitos de movimento social, oriundos da Sociologia e movimentos socioespaciais e socioterritoriais, oriundos da Geografia, é importante apontar alguns elementos que distinguem determinada leitura e interpretação. O primeiro aspecto a se mencionar é a centralidade e relevância dos conceitos de espaço e território, que se articulam ao conceito de movimento social, produzindo uma análise geográfica, multiescalar e multidimensional das ações coletivas produzidas por grupos organizados. O segundo aspecto é a perspectiva teórica relacional existente entre produto e produtor. Isto é, entendemos os movimentos socioespaciais e socioterritoriais como construções que, a partir da apropriação e mediação do espaço, constroem a sociedade na mesma medida em que são construídos por ela (Sobarzo, 2006).

O social e o geográfico não se afastam das sociedades no decorrer da história, da mesma forma que existe uma historicidade do espaço, há uma geograficidade da história. O território é uma condição elementar da existência, e não somente um palco ou substrato para a sociedade. Ele expressa uma forma de apropriação (territorialização) que enseja identidades (espacialidades e territorialidades) em constante transformação: são dinâmicos e mutáveis, e concretizam uma determinada ordem em um dado momento. O território pressupõe um espaço geográfico que é apropriado; nesse processo, o material e o simbólico se fundem.

Considerar a multidimensionalidade do espaço e do território produz uma compreensão ampla e relacional das relações entre os sujeitos, movimentos e instituições. Como multidimensional, o território concentra a complexidade da ação humana. Nesse sentido, mesmo quando o poder é enfatizado e assume determinada centralidade, as demais relações e interações também ganham relevância. Território e espaço são uma totalidade no qual se manifestam e estão representadas as contradições produzidas pela própria sociedade. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais produzem um determinado território, assim como as instituições também produzem territórios a partir de suas intencionalidades. Esses conteúdos vão sendo construídos com base nos limites materiais e imateriais de um determinado momento histórico.

Os movimentos socioespaciais são formas de mobilização social; sua espacialidade está relacionada à sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um espaço específico. Um movimento socioterritorial, por sua vez, se constitui como uma organização que tem por objetivo introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Nesse sentido, na constituição do território, o espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação. Este espaço é formado por seus participantes, líderes, mediadores — todos os sujeitos da ação política — que têm na sua territorialidade a legitimação de sua ação (Souza & Bejarano, 2024).

Por uma metodologia em movimento

Na teoria geográfica dos movimentos sociais, construída desde uma perspectiva relacional, é imprescindível que os procedimentos metodológicos sejam lidos e interpretados sob o viés da dinamicidade, da leitura da realidade, das conjunturas políticas, dos conflitos e das relações estabelecidas entre cidade, movimentos e instituições.

A construção de um banco de dados que reúna um conjunto de ações e objetivos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos brasileiros é, sem dúvida, um enorme desafio, sobretudo, pela ausência de qualquer pesquisa semelhante a esse tipo de leitura e análise. Essa metodologia, portanto, para além de se colocar como um desafio a ser superado a cada mudança conjuntural e histórica, também se apresenta como inovadora e como uma ferramenta em potencial para compreender as mudanças geográficas e estruturais ocorridas no Brasil.

Como indicado anteriormente, esta pesquisa reflete os esforços coletivos de uma série de grupos de pesquisa distribuídos por todo o Brasil. A Rede DATALUTA, desde 2020, vem estendendo suas pesquisas para além dos conflitos e disputas materializadas no espaço agrário brasileiro, abrangendo desde então os conflitos envolvendo os espaços urbanos, as florestas e as águas.

Para isso, foi necessário reformular a metodologia até então utilizada no desenvolvimento das pesquisas com enfoque apenas no espaço agrário. Destaca-se que essa reformulação envolveu a totalidade dos pesquisadores que atuam no contexto do Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios (DATALUTA), tanto no que tange aos aspectos metodológicos quanto aos referenciais teóricos que vieram embasar tal transição.

A metodologia de pesquisa utilizada pelo DATALUTA foi reformulada para que pudessem ser colhidos dados referentes às ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil, nos espaços previamente destacados, em um contexto de isolamento social gerado pela pandemia da COVID-19.

A forma escolhida para tal levantamento de dados foi a criação, por meio da plataforma Google, de e-mails com alertas sobre notícias que pudessem conter alguma informação relevante sobre a ação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil. Para isso, foi cadastrada uma série de palavras-chave, previamente definidas pelo coletivo, que pudessem auxiliar na escolha das notícias potencialmente úteis à pesquisa.

A partir do cadastro das palavras-chave, os pesquisadores foram divididos por áreas, referentes aos espaços analisados, e por grupos que trabalham sempre em um dia específico da semana. Além desses grupos, responsáveis pela leitura dos e-mails e pela separação das notícias relevantes ou não, havia ainda os grupos responsáveis pela categorização (desconstrução e análise) das ações. Todo esse processo foi mediado por reuniões coletivas, algumas voltadas ao debate teórico-metodológico entre os grupos de todos os espaços, outras específicas para os grupos de cada espaço analisado.

Esse processo metodológico de levantamento de notícias, por ser novidade para os participantes da pesquisa, se estendeu por todo o ano de 2020, requerendo uma série de encontros e debates no âmbito da Rede DATALUTA. Já em 2021, após a separação

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

completa das notícias de potencial interesse, passou-se à sua análise e categorização. Para essa etapa, foi elaborada uma planilha online, hospedada na plataforma JotForm, onde cada grupo deveria inserir as informações da ação a partir da leitura e discussão da notícia.

Os quesitos sistematizados em forma de tabela eram: i) município; ii) código do município (de acordo com o IBGE); iii) localidade da ação (praças, ruas, bairros...); iv) Unidade Federativa; v) macrorregião; vi) data da notícia; vii) data da ação; viii) título da notícia; ix) nome do movimento; x) tipo de movimento (negro, camponês, feminista, indígena...); xi) nome de outras instituições envolvidas nas ações; xii) tipo dessas instituições (ONGs, empresas...); xiii) tipo de ação (passeata, carreata, escracho...); xiv) objetivo da ação; xv) ODS que se assemelham às pautas da ação; xvi) número de pessoas ou famílias participantes; xvii) fonte e; xviii) autor da notícia (jornal ou jornalista). No caso de a notícia não conter alguma dessas informações, indicava-se “não informado”, por meio da sigla N.I.

As principais categorias apresentadas no formato de gráficos, tabelas e mapas, representam apenas uma parcela das categorias analíticas desse banco, o que evidencia a sua relevância e capacidade de compreensão e leitura de tais ações. Os recortes utilizados para a representação das ações dos movimentos entre 2020 e 2021 foram: i) ações gerais de todos os movimentos em 2020 e 2021; ii) os principais tipos e nomes de movimentos; iii) principais tipologias de ação; iv) relação dos objetivos dos movimentos aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A representação e análise dessas quatro variáveis tornam os dados aqui expostos bastante significativos, uma vez que são capazes de apontar as tendências das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em 2020 e 2021.

Para a elaboração deste trabalho, além da metodologia destacada acima, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial, de espaço e de território. Utilizou-se também o levantamento documental, a fim de analisar e compreender as propostas da ONU em relação aos ODS. Realizou-se uma comparação entre as pautas das ações dos movimentos e os conteúdos dos ODS, destacando suas semelhanças, diferenças e contradições. Por fim, foi realizado um mapeamento com a espacialização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais de acordo com os dados apresentados, para fins de discussão e análise, tanto da materialidade dessas ações quanto das possibilidades analíticas que esses dados podem nos legar. Com isso, tem-se também como objetivo abrir um debate na Geografia sobre metodologias, formas de categorização e de análise geográfica das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos.

Espaço urbano brasileiro e ações coletivas: desigualdades e disputas

As obras existentes sobre a cidade e as ações coletivas, como Rolnik (1998), Gohn (2011) e Della Porta (2020), contribuem para a leitura dessas disputas no e por territórios no contexto urbano. Entretanto, convém a incorporação de uma leitura geográfica das ações coletivas produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

Os comportamentos e as estratégias adotadas pelos movimentos urbanos refletem a diversidade de tipos de movimentos e das ações que eles produzem no contexto das cidades brasileiras. Esses movimentos podem englobar desde iniciativas de ocupação de espaços públicos, movimentos ambientais, grupos de resistência, até ações de revitalização urbana e reivindicações por direitos específicos. Cada tipo de movimento utiliza diferentes abordagens e táticas, como protestos, intervenções artísticas, ocupações, campanhas de sensibilização e mobilização digital para alcançar seus objetivos. Essas ações coletivas interagem com as estruturas e hierarquias estabelecidas em determinados territórios e espaços urbanos. Além disso, inserem-se em um amplo conjunto de disputas geradas na e pela cidade contemporânea.

A cidade é uma construção política e coletiva. Essa vida em coletivo é acompanhada pela produção de sistemas de controle de fluxos e de estruturas político-administrativas que gerenciam a cidade, com base em relações de poder fortemente marcadas pela repressão e ideologia (Rolnik, 1988). É a partir dessa premissa que muitos movimentos que lutam pelos espaços e territórios estruturam suas intencionalidades e produzem estratégias de ações coletivas.

As ações coletivas produzidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos em 2020 e 2021 devem ser consideradas e analisadas a partir da conjuntura política, econômica e social vivida no Brasil e no mundo. No biênio avaliado, os principais eventos que marcaram as estratégias construídas pelos sujeitos, grupos e coletivos organizados foram o governo Bolsonaro e a pandemia da COVID-19.

Nesse contexto, observa-se a atuação de uma ampla diversidade ideológica e organizacional entre os movimentos urbanos. Esses grupos incluem desde uma esquerda mais ortodoxa, alinhada a princípios socialistas e comunistas, até uma extrema-direita que busca a abolição do Estado democrático de direito e a consolidação de projetos autoritários. Entre esses polos, há também autonomistas, progressistas, reformistas e conservadores, cada um com suas agendas e estratégias específicas. Em 2020 e 2021, essas forças ideologicamente variadas produziram um conjunto significativo de ações coletivas que moldaram as disputas espaciais e territoriais no Brasil, particularmente no espaço urbano. Enquanto alguns movimentos lutaram por objetivos de desenvolvimento social, econômico e político, outros mobilizaram-se para preservar privilégios socioeconômicos das classes dominantes, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Essa pluralidade ideológica evidencia a complexidade das disputas pelo espaço urbano e pelo território, refletindo tanto as tensões quanto às possibilidades de transformação na sociedade brasileira.

O papel dos movimentos conservadores frente aos movimentos tradicionais — posicionados em um campo de identificação genericamente conhecido como “progressistas” (sem-teto, sem-terra, sindicatos etc.) — sobressai, principalmente, a partir da década de 2010. A presença marcante do desemprego, do aumento das desigualdades sociais, das reformas do Estado que culminaram em perdas de direitos trabalhistas, e da crise político-institucional que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, tornou o solo fértil para o surgimento de grupos conservadores e de extrema-direita, inspirados em um nacionalismo exacerbado e distorcido. Em contrapartida, também tomaram as ruas em maiores proporções os movimentos de mulheres, de

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

negros, LGBTQIA+ e imigrantes, o que revela uma disputa entre os conceitos de nação, cidade e desenvolvimento.

O governo Bolsonaro (2019–2022) foi marcado por um conjunto de ações políticas que impactam diretamente a vida de milhões de brasileiros, em especial dos mais pobres. Assentado em uma política antiambientalista, anti-indigenista e que promoveu, em suas primeiras ações de governo, a destruição das Instituições Participativas (IP), fomentou um discurso alinhado com o de grupos de extrema-direita (grupos neonazistas e neofascistas), fato que gerou um isolamento internacional e um acirramento político-ideológico em todo o país (Avritzer, 2020).

Com o surgimento da COVID-19 e o isolamento físico como uma estratégia de contenção do vírus, os movimentos tiveram que construir formas de ação para alcançar seus objetivos diante de um contexto social e político marcado por ataques, rupturas e o tensionamento das instituições. Em 2020, e em menor medida em 2021, um conjunto de ações coletivas acionadas por uma variedade de movimentos se adaptou ao contexto de isolamento físico, já que as ruas não puderam ser ocupadas. Os espaços privados, as janelas, sacadas e varandas passaram a ser locais de protestos e manifestações, como os painéis e *lives* que reuniram simultaneamente milhares — ou mesmo milhões — de pessoas.

A pandemia trouxe uma compreensão mais profunda sobre alguns marcadores sociais e estruturas construídas por séculos em nosso país. Aspectos de gênero, raça, classe, etnia e cultura se mesclaram e produziram um grande debate em que as desigualdades ganharam centralidade. As motivações que deram tom às ações coletivas também estavam bem alinhadas com as pautas dos movimentos e sujeitos mais afetados pela pandemia e por uma desigualdade espacial e territorial que foi escancarada pela doença. Podemos destacar algumas campanhas executadas durante a pandemia e que lograram êxito, como: Cozinhas Solidárias do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Campanha “Periferia Viva” (movimentos de periferia e organizações comunitárias), Campanha “Se Tem Gente com Fome, Dá de Comer” (Articulação Negra), doação massiva de alimentos realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), dentre outras.

O aprofundamento da compreensão da realidade e das transformações socioespaciais vivenciadas no espaço urbano brasileiro durante esse período exige considerar a totalidade espacial, suas múltiplas e articuladas escalas, dimensões, conflitos e contradições. Nesse sentido, vale considerar aspectos ligados à produção da cidade conforme a racionalidade neoliberal, um fundamento relevante das disputas espaciais e territoriais (Dardot & Laval, 2016).

As ações coletivas registradas nos anos de 2020 e 2021 no espaço urbano revelam uma diversidade de intencionalidades e objetivos que orientam os movimentos para diferentes disputas e estratégias. Manifestações (130), Resistências (51), Solidariedade (23) e Eventos (12) foram as principais ações coletivas registradas em 2020. Já em 2021, destacaram-se Manifestações (336), Resistências (152), Solidariedade (78), Eventos (57) e Ocupações (29).

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

Os dados revelam novas formas de organização e mobilização popular por meio das práticas espaciais dos sujeitos organizados. Essas ações coletivas tendem a impactar as disputas políticas em territórios negligenciados pelo poder público. A compreensão espacial e territorial da disputa é indissociável da leitura exercida sobre as ações coletivas sistematizadas entre 2020 e 2021 no espaço urbano. Nesse sentido, as obras de Fernandes (2012) e Halvorsen, Fernandes e Torres (2021) contribuem para a análise espacial e territorial dessas ações.

As ações coletivas de solidariedade presentes em 2020 e 2021 no espaço urbano também revelam um comportamento emergencial adotado pelos movimentos. São exemplos: a construção de Cozinhas Solidárias pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e as ações de coleta e distribuição de alimentos saudáveis em territórios periféricos e mais afetados pela pandemia da COVID-19, realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

Tais práticas inovadoras adotadas pelos movimentos evidenciam um comportamento que os diferencia da leitura tradicional sobre os movimentos sociais das décadas passadas. Neste novo momento, às formas tradicionais de organização política somam-se ações políticas e práticas inéditas — como as supramencionadas — além da inserção de novas pautas nas agendas de luta, bem como métodos de organização e ação originais, operando em diferentes escalas.

O comportamento dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos, quando analisado em suas especificidades, revela e explicita as profundas desigualdades estruturais derivadas da lógica de acumulação do capital, intensificadas pela hegemonia do neoliberalismo em um mundo globalizado (Bauman, 1999). A configuração das cidades contemporâneas — marcadas pela desigualdade, segregação e fragmentação socioespacial — é, ao mesmo tempo, uma expressão concreta das dinâmicas excludentes do capital e um terreno fértil para a emergência de ações coletivas combativas, criativas e resistentes. Nesse contexto, os movimentos não apenas contestam as assimetrias impostas pelas políticas neoliberais, mas também atuam como agentes de transformação, articulando práticas e discursos que projetam possibilidades de cidades mais solidárias, justas e orientadas ao comum (Dardot & Laval, 2017). Essa atuação, que combina resistência e proposição, evidencia a centralidade das lutas territoriais na construção de alternativas às desigualdades socioespaciais no capitalismo contemporâneo.

Com base nos dados produzidos e nas relações estabelecidas com os movimentos — bem como nos vínculos desses movimentos com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) —, é possível identificar duas principais formas de ação coletiva que se destacaram no espaço urbano nos anos de 2020 e 2021. A primeira corresponde às mobilizações coletivas espontâneas e de curta duração, caracterizadas por sua organização imediata e efêmera, muitas vezes motivadas por crises ou demandas urgentes. Essas ações tendem a surgir de forma rápida e com menor organização, sendo impulsionadas por eventos pontuais que mobilizam a população para protestos, ocupações ou outras intervenções no espaço urbano.

A segunda forma de ação é marcada pela estabilidade e perenidade de coletivos urbanos, cujas práticas são sustentadas por uma organização contínua e estruturada ao longo do tempo. Esses grupos apresentam maior capacidade de planejamento e articulação,

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

promovendo ações que se prolongam para além do imediato, com estratégias mais consolidadas para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais nas cidades. Enquanto as mobilizações espontâneas tendem a impactar de forma rápida e intensa, os coletivos estáveis asseguram a persistência das lutas no longo prazo, consolidando suas pautas e construindo redes de apoio permanentes.

A pandemia evidenciou e intensificou formas de escassez ligadas à alimentação, a saneamento básico, principalmente relacionado à possibilidade de realização da higiene pessoal, seguida pela renda, moradia, leitos hospitalares, e assim por diante. No contexto pandêmico a REDE DATALUTA, sistematizou mais de 438 movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos que produziram um conjunto variado de ações entre 2020 e 2021. Tais movimentos foram classificados, principalmente, como movimentos socioterritoriais urbanos (MSU), pois uma parte significativa desses movimentos reivindicam direitos à moradia, trabalho e questões relacionadas aos aspectos do lugar de moradia, tais como acesso à água, à alimentos, e a outros itens essenciais ao cotidiano das pessoas — necessidades que foram importantes para a manutenção da vida em um contexto marcado pela pandemia da COVID-19.

A pandemia de COVID-19 agravou de forma significativa a crise de insegurança alimentar no Brasil, revelando e aprofundando desigualdades estruturais. Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan, 2021), em 2020, mais de 19 milhões de pessoas enfrentaram a fome no país, enquanto cerca de 116,8 milhões viviam em algum grau de insegurança alimentar. Esse cenário corresponde a mais da metade da população brasileira, demonstrando os impactos socioeconômicos da crise sanitária, como o aumento do desemprego e a redução da renda em milhões de lares. A pandemia também evidenciou a insuficiência de políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação adequada, particularmente em regiões e grupos mais vulneráveis, como as periferias urbanas e comunidades rurais.

Os dados da Penssan (2021) revelaram que a insegurança alimentar grave era mais presente entre as famílias que viviam no Norte (25,7 %) e no Nordeste (21 %), incluindo nesses casos a população urbana e rural. O fenômeno predominou mais entre a população negra, sendo constatado o aumento de 10,4 % em 2020 para 18,1 % em 2022 nos lares comandados por pretos e pardos.

O acesso da população mais pobre a mecanismos de proteção contra a COVID-19 não foi o único desafio enfrentado durante a pandemia. A fome, combinada ao arrefecimento econômico e ao descaso político, acentuou a vulnerabilização das camadas mais pobres e dos territórios mais segregados. Esses efeitos foram agravados pelas desigualdades estruturais que moldam o impacto da pandemia sobre diferentes grupos sociais.

No Brasil, a pandemia revelou disparidades marcantes na mortalidade associada a fatores de raça, classe social e idade. Indivíduos negros, que correspondem à maior parte da população dependente do SUS (Sistema Único de Saúde), foram desproporcionalmente impactados. Segundo estudos, a soma de pardos e pretos representou cerca de 63,8 % dos óbitos por COVID-19 em gestantes, destacando como o racismo estrutural influencia as desigualdades em saúde. Além disso, a mortalidade foi maior

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

entre trabalhadores informais e pessoas de baixa renda, demonstrando a interseccionalidade entre raça, classe social e vulnerabilidade sanitária durante a pandemia. Esses dados evidenciam a relação entre condições sociais e vulnerabilidade à COVID-19, ressaltando a necessidade de políticas públicas voltadas à promoção da equidade em saúde e à redução das desigualdades estruturais no Brasil (Pires *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2020; SciELO Public Health, 2022).

Esses elementos se configuraram como causas motivadoras para uma organização complexa e solidária promovida pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos. Tal arranjo foi marcado pela tentativa de superação não somente da crise sanitária, mas da fome e das inúmeras violações produzidas pelas diferentes instituições. As ações e os objetivos dos movimentos acompanharam o movimento histórico de aprofundamento das desigualdades socioespaciais e o momento da emergência sanitária, que atingiu de maneira mais profunda a classe trabalhadora brasileira.

Outra questão a ser considerada é a característica da nucleação familiar no Brasil. Verifica-se, nos dados divulgados pela Penssan (2021), que nos lares onde as mulheres sustentam a família, a insegurança alimentar grave chega a 19,3 %. Por sua vez, nos lares chefiados por homens, esse índice é de 11,9 %. Em outros termos, nos lares sustentados por mulheres, a dificuldade de manter a renda mínima é acentuada no país. Quando os lares sustentados por mulheres têm crianças menores de dez anos de idade, a insegurança alimentar grave mais que dobrou de 2020 a 2022.

Nos lares onde a pessoa responsável pelo lar está desempregada, a insegurança alimentar subiu para 36,1 %, ou seja, a renda familiar despencou, e o Auxílio Emergencial — benefício financeiro criado para garantir renda mínima à população brasileira em situação de vulnerabilidade durante a pandemia — não conseguiu manter a família em segurança alimentar ou com acessos mínimos aos recursos necessários para uma alimentação regular.

Além de se estabelecer um conjunto de discussões sobre a pandemia da COVID-19, as desigualdades socioespaciais e a forte presença da insegurança alimentar, que cresceu exponencialmente durante tal período, é importante evidenciar que os aspectos da desigualdade regional, apontados por Souza, Silva e Silva (2021), também contribuem para uma leitura geográfica da fome e da insegurança alimentar durante o agravamento político, econômico, social e sanitário vivido, sobretudo, em 2020 e 2021.

Os dados possibilitam uma análise histórica, geográfica e crítica em torno das ações promovidas pelos movimentos nas diferentes cidades brasileiras e sobre os variados assuntos, objetivos e temas. Tornou-se possível, a partir da sistematização de tais ações e da construção de produtos gráficos e cartográficos, uma melhor visualização dos espaços e territórios disputados e produzidos ao longo desses dois anos, bem como das diferentes intencionalidades, conflitos e arranjos presentes na organização espacial das cidades e na relação estabelecida entre os movimentos e as instituições.

Cidades e lutas por direitos no Brasil no contexto da COVID-19

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

A cidade é produto do poder político e da ação de seus aparelhos administrativos; é simultaneamente homogênea e fragmentada. Essa dualidade do espaço urbano revela uma realidade de segregação e exclusão, que se expressa na divisão do território em zonas de uso específico – e, muitas vezes, desigual. A “homogeneidade” do espaço urbano, entendida aqui como a tendência de padronização e racionalização da cidade para atender aos ciclos de acumulação do capital, camufla as profundas desigualdades sociais e espaciais que marcam a vida nas cidades.

Nos centros urbanos brasileiros, essa desigualdade se manifesta de maneira clara na distribuição dos serviços e das infraestruturas, como o transporte, a educação e a saúde, que são mais acessíveis e de melhor qualidade nas áreas centrais e de maior poder aquisitivo, enquanto as periferias urbanas, muitas vezes, carecem de infraestrutura básica e sofrem com a violência e a precariedade dos serviços públicos. Essa segregação espacial, que se traduz em uma divisão de classes e etnias, também se reflete no acesso desigual ao mercado de trabalho e nas condições de moradia. As periferias, em muitas cidades brasileiras, são tratadas como áreas periféricas não apenas no sentido geográfico, mas também no sentido social e político, onde a população enfrenta barreiras tanto materiais quanto simbólicas para ascender a um status de cidadania plena.

A superação das desigualdades no Brasil, portanto, exige mais do que simples redistribuição de recursos; é necessário um redesenho profundo das cidades, levando em conta a justiça espacial e social. Para além de garantir que as periferias tenham acesso a serviços básicos, é fundamental que se estabeleça uma política urbana inclusiva que busque reverter as desigualdades socioespaciais. Isso implica, por exemplo, a integração de diferentes áreas da cidade por meio de um transporte público mais eficiente e acessível, a promoção de políticas habitacionais que enfrentem a especulação imobiliária e a gentrificação, e o fomento ao acesso igualitário ao mercado de trabalho, à educação e à saúde.

O maior desafio, entretanto, talvez resida na construção de uma nova forma de governança urbana, que não seja meramente reativa às demandas de um sistema econômico que privilegia a acumulação do capital, mas que busque uma construção política e coletiva do espaço, capaz de garantir direitos urbanos para todos. A luta contra as desigualdades nas cidades brasileiras envolve, portanto, a necessidade de uma profunda transformação na lógica de planejamento urbano, no sentido de promover a equidade, a inclusão e o acesso a oportunidades de maneira integrada.

Todos esses aspectos históricos e geográficos, aliados ao comportamento das classes sociais sobre o espaço urbano, contribuem para a leitura de uma cidade dividida, fragmentada e permeada pelo conflito, que visa à homogeneização do espaço e à construção de muros visíveis e invisíveis.

Durante a pandemia provocada pela COVID-19, especialmente em sua fase inicial, em março de 2020, a orientação “fique em casa” foi repetida incessantemente, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No entanto, essa recomendação, que parecia simples e direta, trouxe à tona uma dura realidade: como ficar em casa quando não se tem uma casa? Ou, ainda, como seguir essa orientação quando as condições de moradia são precárias, insalubres ou superlotadas? (Kruger, Kruger & Ferreira, 2021:97). Nas grandes cidades brasileiras, muitos dos habitantes das periferias enfrentaram uma verdadeira

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

contradição entre as orientações sanitárias e a realidade de suas condições de vida. A falta de acesso à moradia adequada se soma aos desafios da ausência de saneamento básico, da dificuldade de acesso à água potável e da precariedade do transporte público, que continuava operando em meio à pandemia.

Além disso, a superlotação nas habitações de muitas famílias nas áreas mais vulneráveis dificultou a implementação do distanciamento social, recomendação fundamental para a contenção do vírus. Em muitas favelas e comunidades, as casas são pequenas e divididas por vários membros de uma mesma família, ou até por famílias inteiras, sem ventilação adequada ou acesso a condições mínimas de higiene. Nas periferias das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e outras, as medidas de isolamento social se tornaram praticamente inviáveis devido à falta de infraestrutura, o que tornou esses territórios mais vulneráveis à propagação do coronavírus.

Esses fatores revelam como a desigualdade social no Brasil se manifestou de maneira dramática durante a pandemia, evidenciando que, para que uma política pública de combate à pandemia fosse efetiva, era preciso mais do que campanhas de conscientização; era necessário, principalmente, um esforço coordenado para melhorar as condições de vida e a infraestrutura nas áreas mais vulneráveis.

Uma das metas preconizadas pelos ODS da Agenda 2030 da ONU é garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível, bem como aos serviços básicos e à urbanização dos assentamentos precários. Tais metas foram assumidas no Brasil, no Plano Nacional de Habitação (PNH), com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Em 2020, o IBGE registrou mais de 5 milhões de domicílios em situação precária no Brasil. A pandemia de COVID-19 expôs de forma ainda mais dramática essa precariedade nas principais cidades brasileiras, evidenciando a falta de acesso a saneamento básico, o desabastecimento de água potável, a insuficiência no transporte público, a escassez de equipamentos de saúde — como as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) —, e a falta de leitos hospitalares. Esses problemas afetaram principalmente a população mais pobre que, sem condições de pagar pelos serviços de saúde privados, se viu vulnerável diante da emergência sanitária (IBGE, 2020).

Conforme os dados apresentados fica evidente que o Brasil está distante de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030, especialmente no que se refere ao acesso à moradia digna. Esse cenário é ainda mais crítico nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde, além das altas taxas de precariedade habitacional, foi observada uma aceleração no contágio pela COVID-19 e índices elevados de enfermidades e comorbidades, proporcionalmente mais altos por 100 mil habitantes. Esses dados ressaltam a estreita relação entre a desigualdade no acesso à moradia e a maior vulnerabilidade da população a crises sanitárias, como a pandemia de COVID-19 (Fiocruz, 2020).

Em 2022, 51,2 milhões de brasileiros — correspondendo a 24 % da população total — enfrentavam acesso irregular à água tratada, sendo que 46 % dessa população residia na região Nordeste. Além disso, a privação de reservatórios de água nas habitações afetava 32 milhões de pessoas, metade delas nas regiões Norte e Nordeste. A falta de

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

acesso à rede geral de distribuição de água tratada atingia 27,3 milhões de brasileiros, ou 13 % da população, com a região Norte sendo particularmente afetada, onde quatro a cada dez pessoas estavam nessa condição de privação. A disponibilidade de banheiro exclusivo também era inacessível para 4,4 milhões de brasileiros, representando 2 % da população total (Freitas & Magnabosco, 2023).

Nesse sentido, podemos afirmar que o direito à cidade é um objetivo central na construção de uma cidade habitável, que esteja alinhada aos princípios da justiça social e da equidade — princípios refletidos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Comprometidos com a promoção de uma habitação digna, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida, os ODS deveriam ser um guia para ações políticas concretas em todos os níveis (ONU, 2015). No entanto, ao analisar a aplicação e os resultados desses objetivos no Brasil, é possível observar que as políticas públicas ainda são insuficientes para superar as desigualdades socioespaciais profundas, especialmente no contexto das periferias urbanas, onde as condições de vida e o acesso a recursos básicos — como água, saneamento e saúde — são extremamente precários. A pandemia de COVID-19 expôs de maneira ainda mais visível essas disparidades, uma vez que milhões de pessoas se viram impossibilitadas de adotar medidas básicas de prevenção, como a higiene das mãos, devido à falta de água potável e de infraestrutura adequada. Além disso, as populações mais vulneráveis também enfrentaram uma luta incessante pela moradia digna, pelo transporte público acessível e pela ampliação do acesso à saúde — questões diretamente relacionadas aos ODS, mas que seguem longe de serem efetivamente enfrentadas pelas políticas públicas no país.

Contudo, uma avaliação crítica da Agenda 2030 e dos ODS no contexto brasileiro revela que, apesar de sua ambição, as diretrizes propostas pela ONU não enfrentam de maneira direta as raízes estruturais das desigualdades sociais e das crises ambientais, que estão intrinsecamente ligadas ao modelo de produção capitalista (Antunes, 2022). O capitalismo, em sua lógica de acumulação ilimitada e de exploração dos recursos naturais, é o principal responsável pela intensificação das desigualdades socioeconômicas, pela degradação ambiental e pela crise social que se reflete nas grandes cidades brasileiras. A ausência de políticas públicas verdadeiramente transformadoras, que combinem redistribuição de recursos com uma revisão do modelo de desenvolvimento, impede a concretização dos ODS, principalmente no que tange à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades (ONU, 2015). O foco contínuo em soluções tecnocráticas e no crescimento econômico, sem considerar as implicações sociais e ambientais desse modelo, limita a capacidade de alcançar uma transformação real nas condições de vida da população mais pobre.

A pesquisa que acompanha o desenvolvimento de movimentos socioespaciais e socio-territoriais a partir de 2020 evidencia essa lacuna, ao mostrar que, embora diversos movimentos tenham buscado responder à crise gerada pela pandemia — com ações voltadas à promoção do direito à moradia, à mobilidade e ao acesso à saúde —, essas iniciativas continuam sendo marginalizadas frente ao poder do mercado e à falta de vontade política para implementar mudanças estruturais. Os dados a seguir detalham

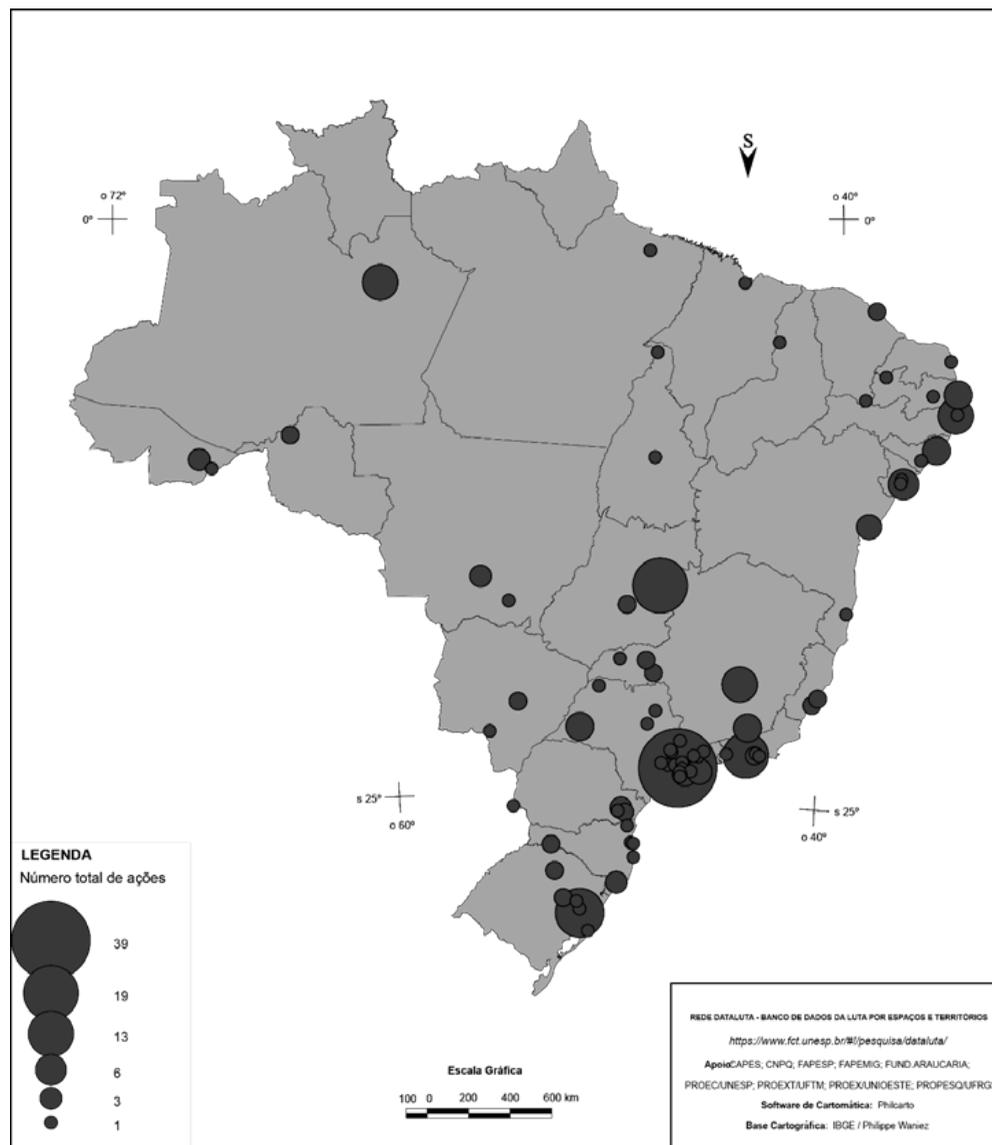


Figura 1. Brasil: Ações dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos, 2020. Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2020.

os movimentos que mais se destacaram nesse período, suas estratégias de atuação e como seus objetivos se alinham, ou não, aos ODS.

Em 2020, como expresso na Figura 1, é possível observar uma espacialização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em todas as regiões do país, havendo uma maior concentração na região Sudeste, Nordeste e Sul. O município de São Paulo (SP) concentrou o maior número de ações com 39 registros, seguido de Brasília (DF) com 19 ações, Porto Alegre (RS) com 15 ações, Rio de Janeiro (RJ) com 13 ações, Belo Horizonte (MG), Manaus (AM) e Recife (PE) com 8 ações cada, entre outros municípios. É possível observar que as grandes cidades brasileiras, que concentram

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

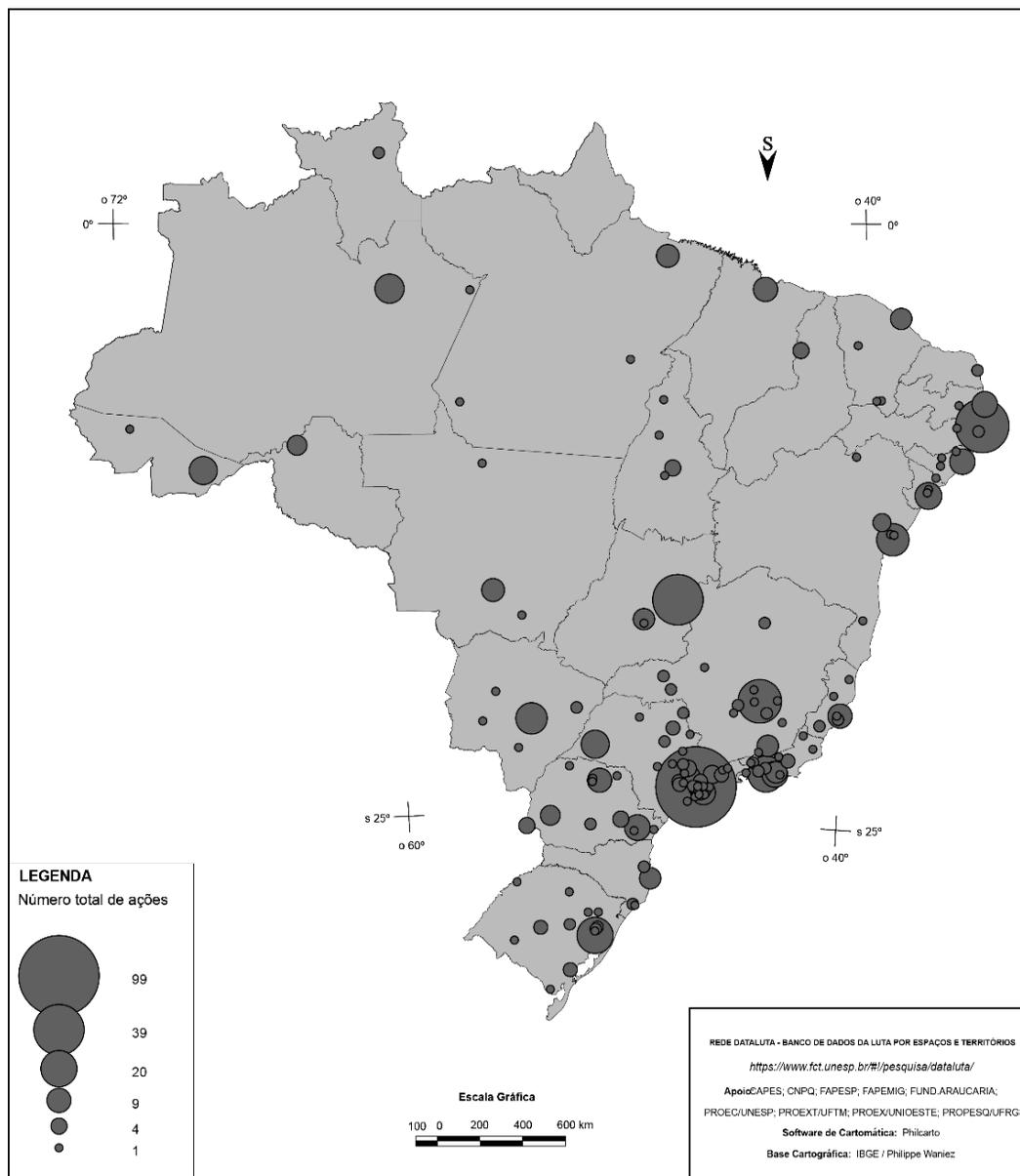


Figura 2. Brasil: Ações dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos, 2021. Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2021.

capital político-econômico, também reuniram o maior número de ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

Em 2021, como expresso na Figura 2, também é possível observar uma espacialização das ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais em todas as regiões do país, havendo uma maior concentração na região Sudeste, Nordeste e Sul. O município de São Paulo (SP) concentrou o maior número de ações em 2021, com 99 ações coletivas; seguido de Recife (PE), com 44 ações; Brasília (DF), com 39 ações; Belo Horizonte (MG),

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

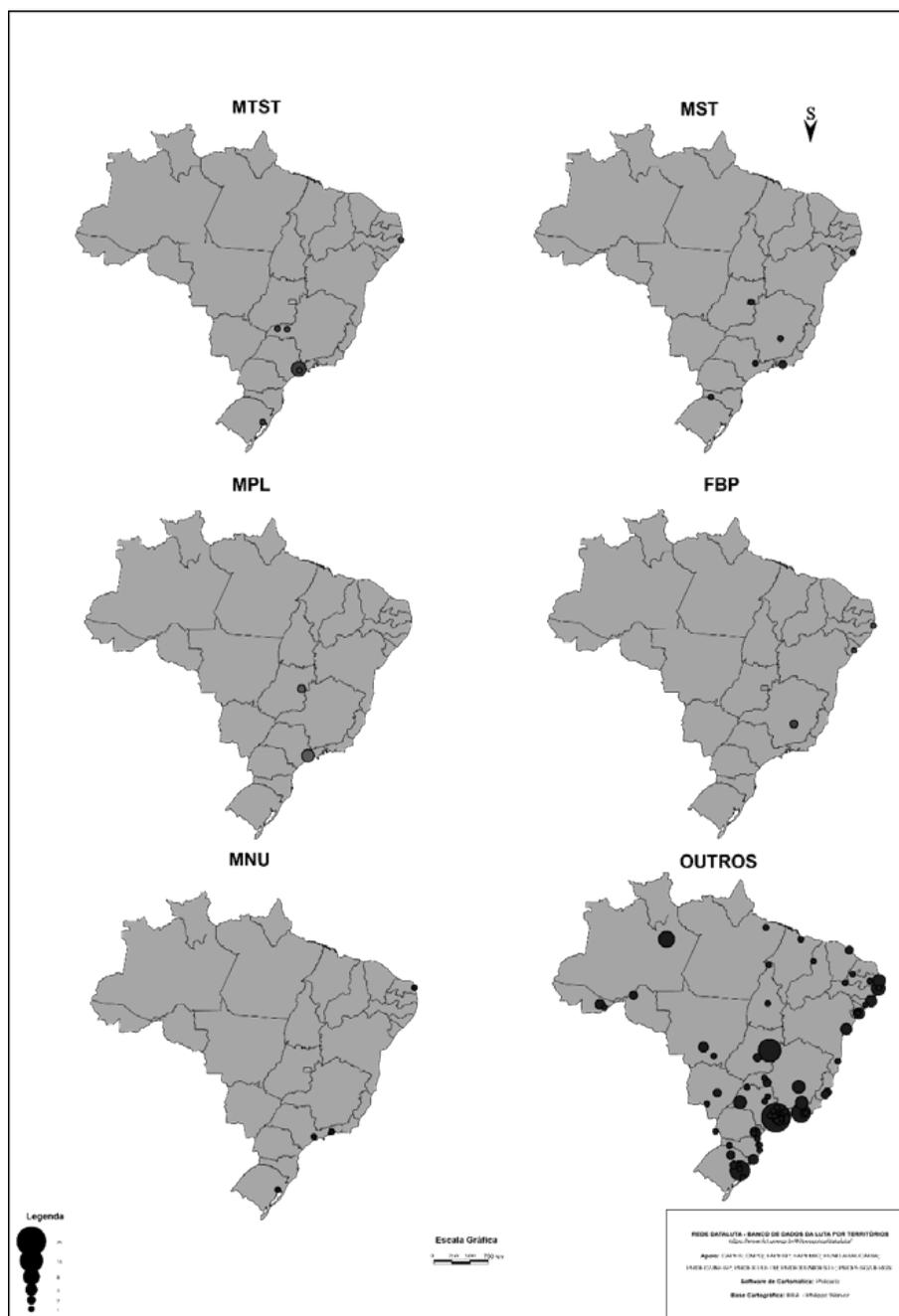
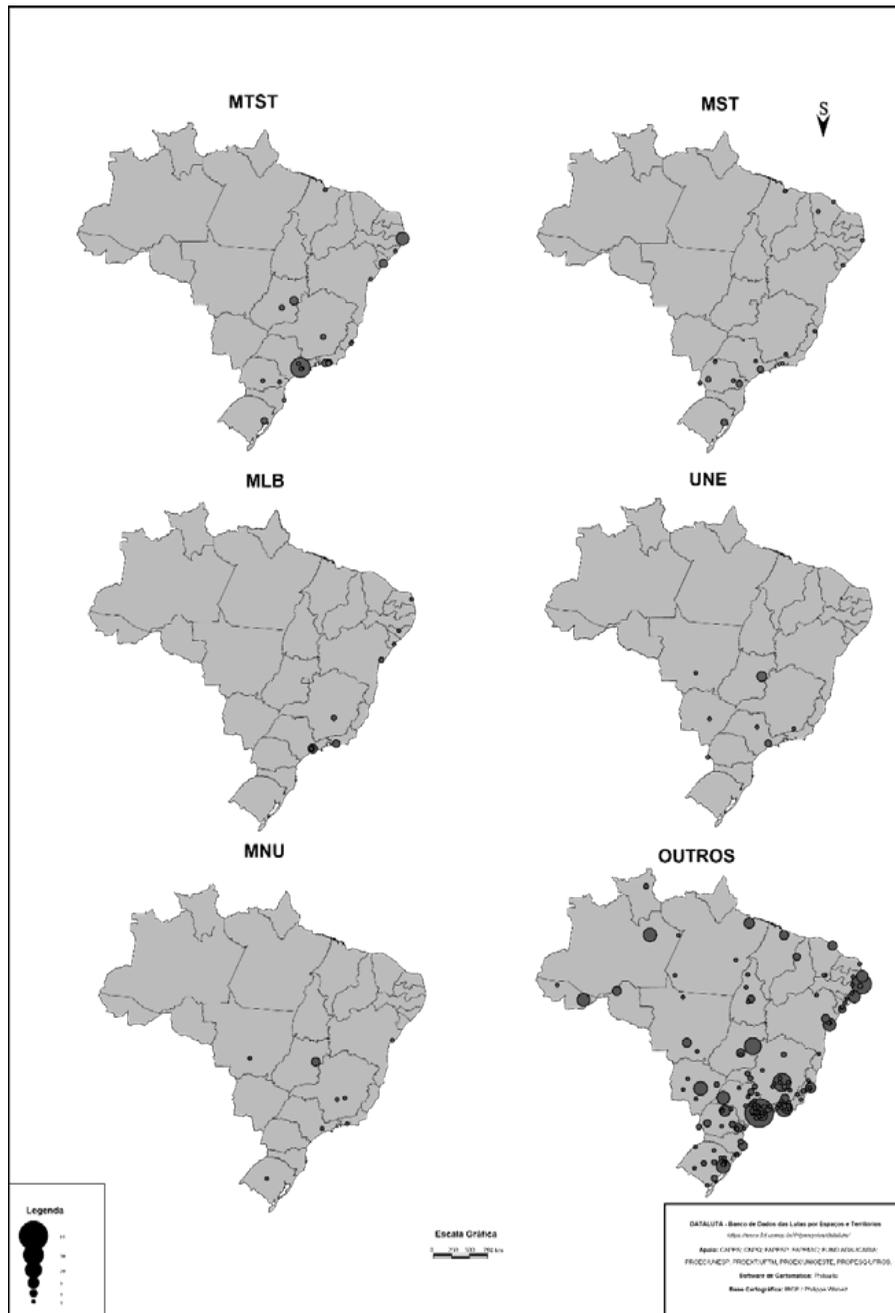


Figura 3. Brasil: Principais Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos, 2020. Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2020.

com 29 ações; Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ), com 20 ações cada; Salvador (BA), com 16 ações, entre outros municípios.

A Figura 3 evidencia os movimentos que mais produziram ações em 2020. É possível observar que o número de movimentos enquadrados na categoria “outros” é superior ao número de movimentos específicos acumulando um total de 198 ações, isso evidencia a diversidade dos tipos de movimentos que compõem o espaço urbano. O movimento que mais produziu ações foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) com

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.



12 ações, seguido do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) com 7 ações, Movimento Passe Livre (MPL) com 7 ações, Frente Brasil Popular (FBP) com 5 ações e Movimento Negro Unificado (MNU) com 5 ações.

A Figura 4 evidencia os movimentos que mais produziram ações em 2021. É possível observar que o número de movimentos enquadrados na categoria “outros” é superior ao número de movimentos específicos acumulando um total de 528 ações, isso evidencia a diversidade dos tipos de movimentos que compõem o espaço urbano. O movimento

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

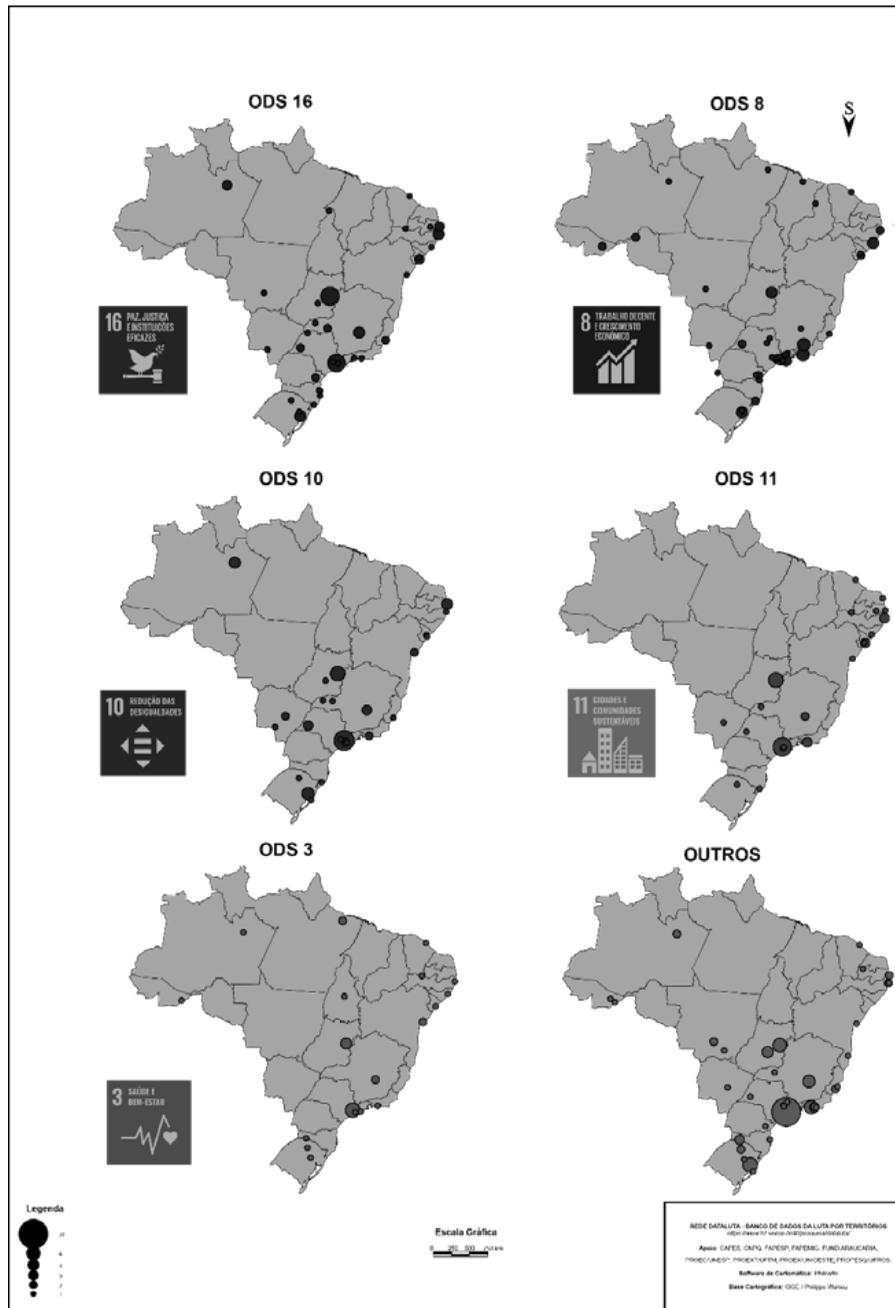


Figura 5. Brasil: Ações de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos por ODS, 2020.
Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2020.

que mais produziu ações foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) com 77 ações, seguido do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) com 24 ações, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) com 21 ações, União Nacional dos Estudantes (UNE) com 17 ações e Movimento Negro Unificado com 12 ações.

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

A Figura 5 evidencia o atrelamento dos objetivos dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais com a Agenda 2030 da ONU. Nesse contexto, é importante destacar que estamos tratando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de maneira separada dos objetivos específicos desses movimentos. Enquanto a Agenda 2030 estabelece diretrizes globais para o desenvolvimento sustentável, os movimentos sociais, muitas vezes, se alinham ou não a esses objetivos, e, em muitos casos, constroem uma leitura crítica dessa agenda, criando propostas que extrapolam os limites rígidos dos ODS.

Observa-se que a maioria das mobilizações foi construída com o intuito de alcançar o “ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, com um total de 72 ações, o que indica uma grande ênfase na promoção da justiça social e na luta contra as desigualdades estruturais por meio de uma atuação mais direta nas instituições políticas e sociais.

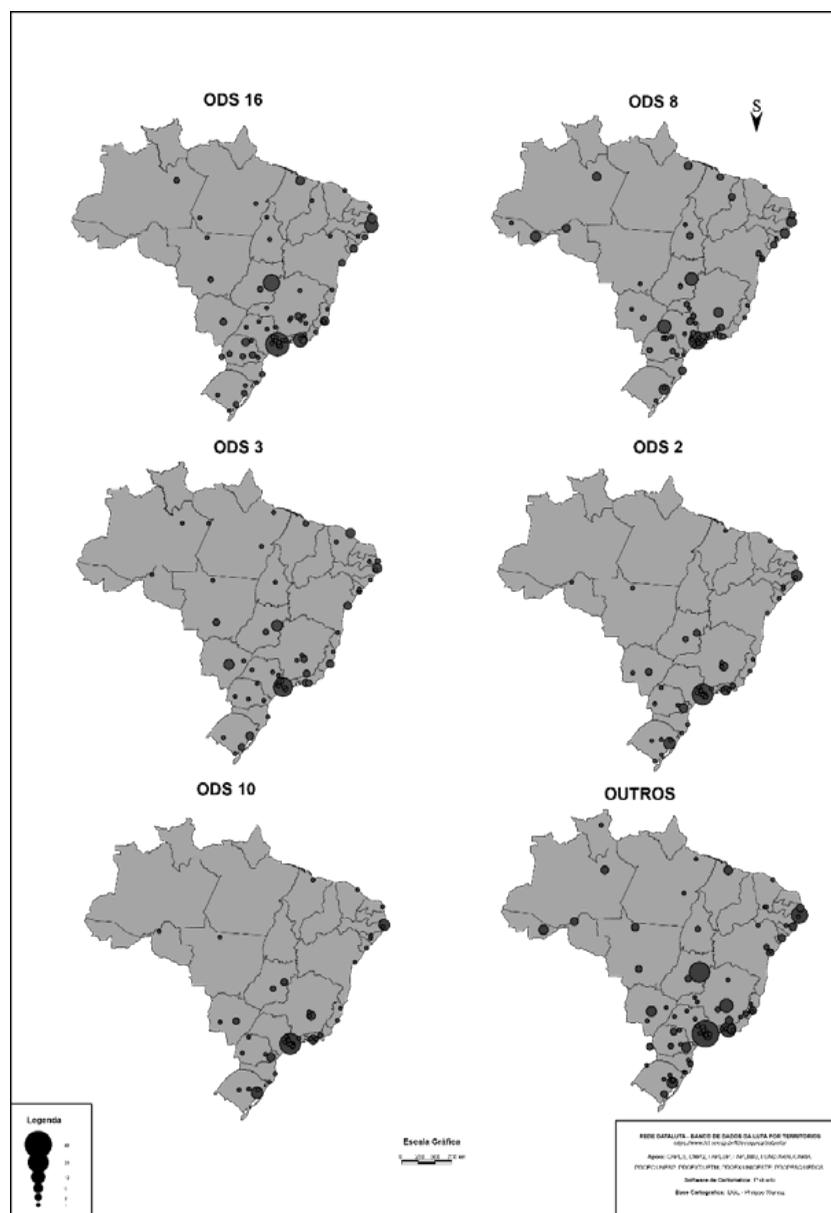


Figura 6. Brasil: Ações de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais Urbanos por ODS, 2021. Fonte: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2021.

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

Em seguida, destaca-se o “ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, com 70 ações, refletindo a preocupação com as condições de trabalho e a luta por uma economia mais justa e inclusiva. O “ODS 10 – Redução das Desigualdades” aparece com 60 ações, reforçando a demanda por uma maior equidade social. O “ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis” é representado por 44 ações, refletindo a atuação dos movimentos em questões urbanas e territoriais, buscando transformar as cidades em espaços mais justos e sustentáveis. Por fim, o “ODS 3 – Saúde e Bem-Estar” se destacam com 31 ações, refletindo a preocupação com o acesso à saúde e o bem-estar da população, especialmente em um momento de crise sanitária global.

Entretanto, cabe reiterar que esses principais ODS (16, 8, 10, 11 e 3) refletem um momento histórico marcado por rupturas institucionais, como as provocadas pelo governo Bolsonaro, além da crise sanitária da COVID-19, o arrefecimento econômico e o aprofundamento da fome no país. Nesse sentido, embora os movimentos tenham buscado, em sua maioria, alinhar-se aos ODS da Agenda 2030, é fundamental notar que muitos deles também construíram uma crítica a essa agenda, reconhecendo suas limitações e desafiando os paradigmas do desenvolvimento sustentável propostos pela ONU. Em vez de simplesmente aderir aos ODS, esses movimentos propõem uma agenda que questiona a lógica neoliberal e os modelos de desenvolvimento que, na sua visão, perpetuam as desigualdades e as crises sociais e ambientais.

A Figura 6 evidencia o atrelamento dos objetivos dos movimentos com a Agenda 2030 da ONU em 2021. É possível observar que grande parte das mobilizações foram construídos para se alcançar a “ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes” com 188 ações; em seguida o “ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico” foi contemplado com 186 ações; por sua vez, o “ODS 3 – Saúde e Bem-Estar” foi representado com 128 ações; o “ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável” aparece na sequência, associado a 115 ações; o “ODS 10 – Redução das Desigualdades” esteve ligado a 101 ações e outros ODS com 280 ações.

Considerações finais

Os conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, ao evidenciarem as relações de poder presentes no território e a forma como os sujeitos sociais o disputam, contribuem para o aprofundamento da concepção de movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica. O uso desses conceitos tem-se mostrado especialmente relevante para a análise de movimentos sociais presentes no continente latino-americano, onde a disputa pelo território reflete as características da colonialidade e do capitalismo predatório que marcam a formação histórica da região.

Nesse sentido, se, por um lado, o uso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a análise dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais apresenta limitações, uma vez que se trata de uma agenda construída a partir da tentativa de conciliar demandas antagônicas — como o desenvolvimento em bases neoliberais e a preservação do meio ambiente — e com pouco protagonismo das demandas presentes no Sul Global — como as lutas antirracistas e por território —, por outro, possibilita um dimensionamento e a comparação das ações dos movimentos latino-americanos

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

no âmbito dos debates proporcionados em torno da ONU e da agenda internacional de desenvolvimento sustentável.

Considerando os movimentos socioespaciais e socioterritoriais aqui analisados, é possível estabelecer algumas considerações em relação à conflitualidade presente no espaço urbano brasileiro. Em primeiro lugar, a concentração das ações desses movimentos na macrorregião Sudeste e em algumas capitais evidencia as desigualdades presentes no processo de urbanização no Brasil, marcado pela concentração populacional, das instituições e aparelhos políticos, bem como de recursos econômicos no eixo Rio–São Paulo.

São Paulo e Rio de Janeiro são também as cidades que concentram a maior parte das ações realizadas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos no período analisado. Por outro lado, a região com o menor número de registros de ações desses movimentos foi a Região Norte. Em segundo lugar, observa-se uma grande heterogeneidade de tipos de movimentos, com destaque para movimentos de moradores urbanos e movimentos antifascistas.

A predominância de ações desses tipos de movimentos possibilita uma compreensão do momento histórico e político no Brasil no qual foi realizada a análise: entre 2020 e 2021, o país passou pela pandemia de COVID-19, que exigiu que a sociedade se adaptasse à adoção de uma série de medidas sanitárias, como o isolamento físico e o uso de máscaras. Ao mesmo tempo, o país foi governado por um presidente negacionista, que se recusou a cumprir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Soma-se a isso a postura autoritária e de caráter neofascista desse governante, que, ao ameaçar um fechamento antidemocrático do regime, motivou tanto manifestações de apoio à sua postura quanto a reação de movimentos com pautas antifascistas no espaço urbano.

A análise dos principais tipos de ações realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais possibilita uma compreensão ainda mais aprofundada da conjuntura brasileira no período analisado. A predominância de ações de solidariedade, de carreatas e passeatas, e de paralisações e greves evidenciam as múltiplas dimensões da crise em que o país se encontra: além da crise política e sanitária já relatada, há uma forte dimensão econômica da crise, que resultou em fome e desemprego, motivando a organização de moradores urbanos, mas também de movimentos camponeses, para a realização de ações de solidariedade.

O espaço urbano, portanto, concentrou uma heterogeneidade de ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais que, ao se constituírem e tecerem suas demandas a partir do espaço e do território conferiram a este seu caráter de conflitualidade e resistência. A análise dos principais tipos de movimentos e ações realizadas no período possibilita, ainda, caracterizar as ações dentro do contexto sociopolítico e econômico brasileiro, ampliando as possibilidades de análise oferecidas pelos ODS.

Referências bibliográficas

- » Antunes, R. (2022). *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo.
- » Avritzer, L. (2020). *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.
- » Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- » Brasil, S. F. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- » Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- » Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- » Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- » Della Porta, D. (2020). Movimientos sociales en tiempos de COVID-19: otro mundo es necesario. *Alerta global*, 175.
- » Fernandes, B. M. (2012). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, (6), 24-34.
- » Fernandes, B. M., & Sobreiro Filho, J. (2023). Teoria dos Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais. Em Eliseu Savério Sposito e Guilherme dos Santos Claudino (Orgs.), *Teorias na Geografia: mundos possíveis* (pp. 335-363). Rio de Janeiro: Consequência.
- » Fiocruz. (2020). *A pandemia de COVID-19 e os determinantes sociais da saúde no Brasil: Desafios para a agenda da saúde pública*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- » Freitas, F. G. de; Magnabosco, A. L. (2023). *A vida sem saneamento*. Para quem falta e onde mora essa população? São Paulo: Instituto Trata Brasil, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Ex Ante Consultoria Econômica.
- » Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, 16(47), 333-361.
- » Halvorsen, S; Fernandes, B. M. Torres, F. V. (2021). Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. *Revista NERA*, 24(57), 24-53.
- » Harvey, D. (2018). Pela desvinculação da lógica de mercado do direito à cidade. Em C. Garcia, *Transformar a cidade*. São Paulo: Portal Aprendiz.
- » IBGE (2017). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*, Rio de Janeiro -2017. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

- » IBGE (2020). *PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Indicadores de condições de vida. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- » IPEA (2019). *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, Brasília. <https://www.ipea.gov.br/ods/ods6.html>
- » Krüger, N. R. M., Krüger, C., & Ferreira, G. H. S. (2020). Para ficar em casa é preciso ter casa: a COVID-19 e o direito à moradia no Brasil. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* (IPEA), 24, 97-110.
- » Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 49-66.
- » ONU (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Organização das Nações Unidas. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt-br/agenda2030/>
- » Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. (2022). *II VIGISAN: Relatório final*. São Paulo, Brasil.
- » Pires, A. M., et al. (2022). Saúde da população negra: biopolítica, necropolítica e racismo estrutural. *Estudos Contemporâneos em Subjetividade*, 12(2), 230-243.
- » Rolnik, R. (1988). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- » Santos, C. M. (1990). *Metrópole corporativa fragmentada: O Caso de São Paulo de Milton Santos*. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura.
- » Santos, M. P. A. D., et al. (2020). População negra e COVID-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, 34(99), 225-243.
- » SciELO Public Health (2022). Reflexões sobre a mortalidade da população negra por COVID-19 e a desigualdade racial no Brasil. www.scielosp.org
- » Segall, A. M. (Entrevistada). (2022). Em D. Silveira, *Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia* [Entrevista]. *G1*. Rio de Janeiro.
- » Souza, W. V. F., & Bejarano, M. E. G. (2024). Movimentos em movimento: análise das disputas e ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos entre 2020 e 2022. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 13(1), 1-28.
- » Sobarzo, O. (2006). A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 10(2), 93-111.
- » Souza, W. V. F., da Silva, K. V. C., & de Paiva Silva, F. (2021). A Fome no (s) Nordeste (s): bolsa família, escala de insegurança alimentar (EBIA) e programa um milhão de cisternas (P1MC) na região nordeste e seus impactos. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, 22(1), 306-340.
- » Touraine, A. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21, 17-28.

Lutas por direitos no espaço urbano brasileiro...
ALTEMAR AMARAL ROCHA ET AL.

Altemar Amaral Rocha / altemarrocha@gmail.com

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo-UESB e do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Wilians Ventura Ferreira Souza / wilians.ventura@unesp.br

Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisador da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) e do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Desenvolveu pesquisas voltadas para a leitura, compreensão e avaliação da produção do espaço geográfico, com ênfase para a abordagem socioespacial e socioterritorial fundamentada a partir da teoria geográfica dos movimentos sociais.

Vitória Levorato de Amaro Silva / vitoria.levorato@unesp.br

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Pertenceu à Rede Brasileira de Pesquisas das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA) entre os anos de 2022 e 2023.

Maria Eduarda Grecco Bejarano Suenaga / eduarda.grecco@unesp.br

Licenciada e graduanda no bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente - SP. Pesquisadora e membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA e da Rede Brasileira de Pesquisa por Espaços e Territórios - Rede DATALUTA desde 2020. Suas contribuições científicas são acerca do conceito de Tecnologia Socioespacial e da leitura geográfica dos movimentos estudantis, bem como análise de seu caráter urbano e a produção do espaço.

Aline Lima Santos / aline.lisan@gmail.com

Pós-Doutora no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências (2016), na área de Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora colaboradora da Rede DATALUTA - Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho / Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais-UNESP-SP.